

Não à violência



» JOSÉ SARNEY
*Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras*

Começo com uma confissão: tenho absoluto horror à violência, que choca as minhas mais profundas convicções. Isso, claro, é um sentimento que me acompanhou toda a vida. Homem público, tive que reconhecer que o monopólio da força pelo Estado, derivado das fórmulas de Hobbes, é uma condição essencial para, justamente, conter a violência, pois homo hominis lupus est, o homem é o lobo do homem.

Mas a ação do Estado começa com a preservação da vida e dos direitos fundamentais e, para isso, esta tem que ser a visão prioritária de quem age em seu nome. Não adianta ensinar bons modos, técnicas de defesa e ataque etc. se esse ponto essencial não fizer parte do treinamento diário.

Sei que a violência existe desde sempre, mas é possível coibi-la. Quando assumi o governo do Maranhão, já lá vão 60 anos, encontrei presos amarrados por correntes aos antigos troncos, como no tempo da escravidão. Mostrei essas correntes e garanti que nunca mais elas seriam usadas — e elas foram abolidas.

Hoje, mal tenho coragem de ver o noticiário. A ideia de que tantos mortos sejam considerados um resultado secundário de uma ação policial, por mais sucesso que tenham tido em seus objetivos iniciais, me deixa atônito. Admitamos, só para argumentar, que todos fossem bandidos. Mas cada um era uma

pessoa, um ser humano com família, pais, mulher, filhos, amigos. Como pessoa, como brasileiro, tinha direito às mesmas garantias do artigo 5º da Constituição que tem cada um de nós. E, possivelmente, alguns deles não eram bandidos.

O bandido tem direito a ser julgado e receber a pena proporcional a seu crime. E quem julgou esses bandidos, no calor da ação, resolveu cumprir ali mesmo a pena de morte: mas a pena de morte é vedada na Constituição brasileira. Assim são rasgadas todas as garantias que lhes assegura o Estado de Direito.

O caminho para resolver isso tem sido apontado por ações como a que, há pouco tempo, atacou os braços financeiros de uma organização criminosa sem qualquer morte. Felizmente, também, parece se firmar a convicção de que, tendo o crime organizado se espalhado pelo País, é preciso a coordenação da União para poder ser efetivo o resultado. Ações pontuais são incapazes de afetar a força dessas organizações. Ao mesmo tempo, é preciso criar punições fortes para todo grupo armado — tráfico e milícias não se distinguem — que afete a presença efetiva do Estado em qualquer área do Brasil, seja cidade seja floresta.

Dizem que nossas estatísticas de crimes de morte violenta estão caindo. No ano passado, tivemos mais de 44 mil mortes, uma queda de 5,4%; mas o número de desaparecidos — grande parte deles são presumivelmente vítimas de morte violenta — subiu 4,9%, passando de 81 mil. As mortes pela ação do Estado foram mais de 6 mil e constituem 14% das mortes violentas intencionais. Com justiça se considera horrorosa a morte de policiais, dignos de todos os elogios por bravura: eles foram 43 no ano passado. Há, nessas estatísticas, um terceiro problema: não se sabe quantas mortes violentas

por esclarecer foram ou não contabilizadas, como é a norma nos últimos anos; antes dessa regra essas representavam um número da ordem de 20% daquelas. Vemos uma situação horripilante quando somamos os 44+81+8 mil casos: temos 133 mil vítimas. Os números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram outros pontos chocantes, como a gigantesca proporção de jovens e de pretos, que deveria soar todos os alarmes.

Só para nos situarmos, na atual Guerra na Ucrânia morreram cerca de 30 mil civis, enquanto na Palestina devem ter morrido cerca de 70 mil.

Mas saíamos desses números que, de tão grandes, nos fazem perder a visão humana. Há, em toda essa barbaridade, em toda essa atrocidade, uma outra tragédia: a dos familiares das vítimas. Os pais que choram, as mulheres que se desesperam, os filhos que estão desamparados são faces de dores irreparáveis, de vazios que nunca serão preenchidos. Cada um deles precisa de apoio do Estado, que não lhes garante o direito à vida.

Há muitos anos apresentei um projeto de lei para criar um fundo de indenizações às vítimas de violência, a ser suprido inclusive com pagamentos pelos culpados. A mim me parece que é uma lacuna que o País tem que resolver. Joaquim Nabuco tem uma frase que já repeti muitas vezes, pois ela diz tudo. Ele fala do escravizado, mas podemos transpor para os nossos dias: esta questão “versa sobre as aspirações, os sofrimentos, as esperanças, os direitos, as lágrimas, a morte de milhares e milhares de gentes como nós; [e não é] uma questão abstrata, mas concreta, e concreta no que há de mais sensível e mais sagrado na personalidade humana”.

Peço ao Nosso Senhor Jesus Cristo, vítima de violência, que morreu para nos ensinar o amor, que ilumine o Brasil.

maurenilson



Segurança pública e disputa eleitoral



» ORLANDO THOMÉ
CORDEIRO
Consultor em estratégia

Todas as pesquisas têm revelado que segurança pública é o tema que mais aflige a sociedade brasileira. O crescimento vertiginoso do crime organizado não chega a ser uma novidade, mas sua infiltração de maneira abrangente em diversas atividades econômicas formais era algo ainda pouco conhecido da maioria da população e que veio à tona com a Operação Carbo-noculto, conduzida com extrema competência pela Receita Federal, em conjunto com Polícia Federal, GAECO do Ministério Público de São Paulo, Ministério Público Federal, Polícias Civil e Militar, Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Agência Nacional do Petróleo e PGE/SP.

Desde a deflagração dessa operação, o governo federal, como esperado, vem repercutindo seus resultados e utilizando como instrumento para fortalecer sua estratégia de mostrar que atua firmemente para enfrentar os ricos em defesa das camadas mais pobres. Em entrevista à Rede Amazônica, em 9 de setembro, Lula falou o seguinte: "O crime organizado, hoje, está em tudo quanto é lugar. Está no futebol, na justiça, na política, está em todas as instituições. Fizemos uma operação, que foi a maior da história do Brasil feita contra o narcotráfico, e nós fomos chegar aonde? Na Faria Lima, nós fomos

chegar nas fintechs, nessas empresas de jogos”.

Do outro lado do espectro político, vimos essa semana uma megaoperação das Polícias Civil e Militar do estado do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho nos Complexos da Penha e do Alemão com 121 mortes, entre elas a de quatro policiais e 113 presos, sendo 33 de outros estados. Diferentemente do que costuma ocorrer em ações dessa natureza, não se tem notícia de moradores inocentes vítimas do confronto por balas perdidas em razão da tática operacional adotada que encurralou os criminosos na área de mata. Considerada pelo próprio governo como a maior operação policial da história do estado, recebeu o apoio e a solidariedade dos governadores de São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará e Distrito Federal. Ressalte-se que levantamento realizado pela empresa especializada Ati-vaweb nas redes sociais aponta que entre os dias 28 e 30 houve mais de 4 milhões de citações, sendo que 63% delas apoiando a ação.

Depois de troca de acusações pela imprensa, o governador e o ministro da Justiça se reuniram, na quarta-feira, quando anunciaram a criação do Escritório de Combate ao Crime Organizado. Considero a iniciativa uma boa notícia porque, segundo especialistas, não há qualquer possibilidade de se enfrentar o crime organizado sem uma ação articulada entre os entes federativos.

A triste realidade é que, desde a redemocratização — e já se vão 40 anos — nenhum governo central adotou a postura de chamar para si a liderança em torno do tema. Preferiram ficar na zona de conforto em torno das atribuições formais de cada um dos entes federativos previstas na Constituição.

A única medida diferente foi a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituindo o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade.

Porém, desde então, quase nada foi feito para concretizar tal integração. Mesmo a chamada PEC da Segurança Pública, apresentada pelo governo federal, propõe, basicamente, incluir o SUSP na Constituição. É um avanço tímido.

A um ano das próximas eleições, o tema voltará a ocupar as atenções de partidos e candidaturas, mas, infelizmente, em um debate que tende a ser marcado pela conhecida, de tão antiga, dicotomia: de um lado, a defesa do aumento da repressão e das punições; de outro, a ideia de que não há saída sem o enfrentamento das causas sociais. Enquanto isso, o crime segue sua trajetória de transnacionalização. Aumenta diariamente a porção do território nacional ocupada pelas facções, sejam de traficantes ou milicianos. Nem mesmo os presídios escapam, incluindo os de segurança máxima.

Só consigo enxergar uma saída: o governo federal chamar para si a liderança política desse processo, para além das medidas legislativas e administrativas, buscando uma articulação suprapartidária com governadores. Resta saber se, num cenário de polarização pré-eleitoral, os envolvidos estariam dispostos a dar esse passo fundamental a favor do país e de sua população. A conferir.

Visto, lido e
ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@dabr.com.br



Antes que seja tarde

A megaoperação policial deflagrada no Rio de Janeiro revela um país em convulsão e um Estado que perdeu o controle sobre vastas porções de seu território. As cenas de guerra urbana, helicópteros sobrevoando favelas e confrontos que duram horas não são apenas sinais de um problema localizado, mas sintomas de uma doença nacional. O crime organizado brasileiro não se limita a ser uma ameaça doméstica. Transformou-se em um poder paralelo, com tentáculos que alcançam o exterior, articulando-se como uma verdadeira multinacional do crime. Mais uma vez o que está em jogo, neste momento, é a própria soberania do país.

As facções criminosas, outrora limitadas ao tráfico de drogas, expandiram suas operações para o garimpo ilegal, o contrabando de armas, o tráfico de pessoas e até a corrupção política. São conglomerados que movimentam bilhões por ano, lavam dinheiro com eficiência empresarial e impõem regras próprias em regiões inteiras. Em muitas áreas, o Estado não dita as normas, apenas as observa, impotente.

A fronteira entre o legal e o ilegal se tornou porosa e, cada vez mais, há evidências de que agentes públicos, empresários e políticos atuam como intermediários dessas organizações. Quando o crime penetra o tecido institucional e passa a influenciar decisões de governo, o país dá os primeiros passos rumo a um narcostado. Esse processo de corrosão não se fez do dia para a noite. Décadas de descaso, de políticas públicas inconsistentes e de discursos ideológicos mal calibrados prepararam o terreno. A atuação de certas organizações e setores políticos, que, sob o pretexto de defender os direitos humanos, passaram a deslegitimar qualquer ação de enfrentamento, criou uma paralisa operacional.

Ao mesmo tempo, governos se alternavam no poder sem formular uma política de segurança nacional articulada, preferindo respostas imediatistas: operações espetaculares que produzem manchetes, mas não têm resultados duradouros. Combater o crime é necessário; mas, sem inteligência, sem planejamento e sem vontade política, o esforço se converte em mero teatro.

No cenário internacional, a percepção sobre o Brasil se agrava. O governo dos Estados Unidos, em recente pronunciamento, classificou organizações criminosas latino-americanas como terroristas, equiparando-as aos grupos que representam ameaça direta à segurança global. Essa decisão é um divisor de águas. Ao redefinir a natureza desses grupos, Washington abre espaço para ações extraterritoriais e sanções financeiras que podem atingir, inclusive, o território brasileiro. O alerta americano soa como uma advertência diplomática e como uma constatação desconfortável de que o problema, aqui, ultrapassou fronteiras.

Se o Brasil continuar negando a dimensão internacional do crime organizado, poderá assistir, em breve, à ingerência de potências estrangeiras em sua política de segurança. A omissão do governo federal diante dessa escalada preocupa. O discurso de negação, a crítica automática às forças de segurança e a insistência em soluções puramente sociais necessárias, mas insuficientes — apenas aprofundam a crise. O que está em curso é uma simbiose entre crime, poder econômico e estruturas políticas, e enfrentá-la requer algo mais que slogans.

É preciso inteligência integrada, cooperação internacional em bases de soberania e, sobretudo, coragem para desmontar os esquemas de corrupção que sustentam o crime por dentro do Estado. Sem isso, o país continuará a reagir de modo errático, oscilando entre a violência e a impotência. O risco de o Brasil tornar-se um modelo acabado de narcostado é real. Quando o poder das armas e do dinheiro ilícito se sobrepõe ao das instituições, a democracia se desfaz silenciosamente. O que se inicia nas vielas e fronteiras termina nas cúpulas do poder.

Evitar esse destino exige um pacto republicano que ultrapasse ideologias: segurança pública eficiente, justiça independente, fortalecimento das fronteiras e políticas sociais que retirem das facções sua principal força de recrutamento a miséria e o abandono. A operação no Rio não deve ser lida como um episódio isolado, mas como um grito de alerta.

Se o Estado não reconquistar sua autoridade, se a sociedade continuar a relativizar a gravidade da ameaça e se a classe política insistir em discursos de conveniência, em breve o Brasil deixará de ser apenas um país violento para tornar-se algo pior: um território governado pelo medo, pela corrupção e pelas armas. A hora de reagir é agora.

A frase que foi pronunciada:

“Continuaremos firmes no enfrentamento ao tráfico de drogas e ao crime organizado.”
Lula

História de Brasília

Nada mais injusta do que a campanha que vem sendo mantida contra o engenheiro Waldemar Lucas, prefeito de Taguatinga. Até hoje ninguém assumiu aquele cargo para dedicar a mesma atenção, e o mesmo interesse pela solução de milhares de lotes ocupados ilegalmente do que o atual subprefeito. (Publicada em 11/5/1962)